

Recebido em fev. 2016
Aprovado em jun. 2016

A NOVA CULTURA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA: OU PARA ALÉM DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA*

LENO FRANCISCO DANNER**

RESUMO

este texto, desenvolvo os conceitos de modernização conservadora – entendendo-o como a consolidação de relações de produção capitalistas, Estado republicano e Estado de direito com forte autoritarismo institucional, pouca democracia política, poucos direitos sociais e grande dependência econômica –, enquanto definindo a evolução brasileira ao longo do século XX, e de classe média parda – entendendo-a como a junção dos grupos sociais atingidos pelas políticas de inclusão social e pelo fortalecimento das instituições públicas levados a efeito pelos sucessivos governos federais petistas, de modo a defender que essa mesma classe média parda, ao consolidar-se como maioria da população brasileira e colocar seu ideário cultural como a base da legitimação da atual evolução social brasileira, levou ao fortalecimento de um modelo de política e de Estado

* Uma primeira versão deste artigo foi publicada sob a forma de capítulo de livro em meu livro *Estado, política, poder: ensaios em torno à crise socioeconômica contemporânea* (Porto Alegre: Editora Fi, 2015). Para esta submissão, o texto foi revisado e ampliado em muitas partes.

** Doutor em Filosofia. Professor de Filosofia e de Sociologia no Departamento de Filosofia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Contato: leno_danner@yahoo.com.br

fortes, bem como à afirmação das instituições públicas e dos direitos sociais de cidadania como bases para a integração social, em uma postura de enfrentamento da meritocracia branca sustentada pelas classes média e alta brancas (meritocracia branca que é o fundamento do neoliberalismo e do conservadorismo político-cultural brasileiros), pondo em xeque nossa modernização conservadora.

PALAVRAS-CHAVE

Modernização Conservadora. Classe Média Parda. Meritocracia Branca. Política. Estado.

ABSTRACT

In this paper, I will develop the concepts of conservative modernization – understood as consolidation of capitalist relations of production, republican State, and rule of law, with strong institutional authoritarianism, little political democracy, weak social rights, and great economic dependence –, that defines Brazilian evolution throughout the twentieth century, and brown middle class – understood as the junction of social groups embraced by policies of social integration and the strengthening of public institutions conducted by PT. With this development, I will defend that this brown middle class, consolidated as majority of Brazilian people and putting its normative and cultural ideas as the basis to the legitimation of current Brazilian social evolution, led to the fortification of a model of strong politics and State, as well as to the affirmation of public institutions and social rights as basis to social integration, in a posture of fight against white meritocracy defended by white middle and high classes – white meritocracy that is the foundation of Brazilian neoliberalism and political and cultural conservatism –, delegitimizing our conservative modernization.

KEYWORDS

Conservative Modernization. Brown Middle Class. White Meritocracy. Politics. State.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste texto, quero desenvolver o conceito de modernização conservadora enquanto caracterizando a constituição da sociedade brasileira como sociedade moderna. Com este conceito, significarei o fato de o Brasil ter adentrado, desde fins do século XIX, com a Proclamação da República, em um processo de modernização – relações de produção capitalistas, Estado-nação republicano e Estado de direito – sem romper com características coloniais, especialmente com o autoritarismo institucional e com a estratificação social baseada na cor e na raça, na contraposição entre branco e índio-negro. Neste trabalho, argumento, ainda que de maneira genérica, que nossa constituição societal e nossa evolução político-cultural ao longo do século XX foram marcadas exatamente pela manutenção do autoritarismo institucional e do preconceito de cor e de raça, hodiernamente convertido em meritocracia branca, como os fundamentos do poder de classe e da hegemonia de forças políticas conservadoras, e como o mote para a delimitação do tipo de estrutura social altamente hierárquica e desigual, de modelo cultural preconceituoso e racista e de organização cultural-econômica dependente que marcaram a Realpolitik brasileira do século XX, com poderosos efeitos ainda neste início de século XXI. O autoritarismo institucional e o preconceito de raça e de cor, calcados nas classes média e alta brancas, defensoras da meritocracia branca fundada na contraposição branco versus índio-negro, serviu, inclusive, de sustentáculo para a supremacia política do neoliberalismo encabeçado pelo PSDB, na medida em que afirmou aquela meritocracia

branca como o mote para a defesa do livre-mercado e o enxugamento das instituições públicas, em sua cruzada contra o social, contra a política, contra as instituições públicas e contra o Estado.

Meu outro argumento, neste texto, consiste em defender que a realização das políticas sociais, a universalização da educação básica e o acesso cada vez maior à educação superior, bem como a oferta de micro-crédito, aos grupos sociais mais desfavorecidos ou de menor renda (cf.: SINGER, 2012, p. 11-13, p. 178-179), levaram à consolidação disso que chamarei de classe média parda, que, hoje, se constitui na força político-cultural fundamental para a legitimação da evolução social brasileira. Essa classe média parda, tradicionalmente concebida como inferior pelas classes média e alta brancas, que era a real vítima do preconceito de raça e de cor calcado na meritocracia branca, por causa das políticas de inclusão implantadas pelo PT, solidificou-se enquanto grupo social com consciência de classe, que, hoje, enfrenta abertamente as classes média e alta brancas. Com isso, aquela modernização conservadora que tradicionalmente teria marcado nossa sociedade, ao longo do século XX, acaba sofrendo um processo de transformação levado a efeito por essa classe média parda em dois sentidos: o primeiro deles, no momento em que enfrenta a meritocracia branca, o preconceito de raça e de cor calcado na contraposição branco versus índio-negro sustentado pelas classes média e alta brancas (e afirmador da superioridade do branco e de sua cultura em relação ao índio-negro); o segundo deles na medida em que a classe média parda defende

as instituições públicas e as políticas sociais, apontando para a solidificação de um modelo de política e de Estado fortes, que centralizam a condução da evolução social e que se responsabilizam pela inclusão social dos mais desfavorecidos. A modernização conservadora, portanto, paulatinamente é posta por terra, já que o combate aberto contra o preconceito de raça e de cor, contra a meritocracia branca, leva exatamente à solidificação da política e do Estado como condutores da evolução social, do Estado democrático de direito com o fortalecimento de posições sociais democráticas e a universalização do conjunto dos direitos. De um modo geral, essa classe média parda passa a ser (ou deveria passar a ser), dada sua importância político-cultural para os rumos do Brasil atual, a base da esquerda teórico-política, na medida em que se contrapõe exatamente ao neoliberalismo calcado na meritocracia branca.

Neste meu texto, quero significar, com o termo classe média parda, o conjunto populacional abarcado por rendas que variam de zero a 4.561 reais, ou seja, as (e a soma das) classes C, D e E, conforme pesquisa de Marcelo Neri acerca da estratificação social por meio da renda (e, evidentemente, diferenciação e desigualdade de renda como base dessa estratificação social) na sociedade brasileira desde a ascensão do PT ao poder (cf.: NERI, 2010). No trabalho citado, Neri diferencia, como disse, as classes sociais em A, B, C, D e E com base na renda, a saber: classe E, com renda de zero a 705 reais; classe D, com renda de 705 reais a 1.126 reais; classe C, com renda entre 1.126 reais a 4.561 reais; classe B, com renda entre 4.854 a 6.320 reais; e classe A, com renda acima de 6.329

reais. Tal contexto amplo a abarcar essa classe média parda implica exatamente em aglutinar o numeroso – e decisivo – contingente populacional atingido seja pelas políticas sociais, seja pelo fortalecimento e pela atuação mais incisiva das instituições públicas sob os governos petistas de Lula e de Dilma. Ora, trata-se, primeiro, de um amplo contingente populacional, o dessas três classes, que se constitui em mais de 70% da população brasileira atual, o que perfaz em torno de 170 milhões de pessoas; e, em segundo lugar, devido exatamente a serem os grupos sociais mais atingidos e beneficiados com as políticas sociais e o fortalecimento da atuação das instituições públicas levados a efeito pelos governos petistas, o que significa que esses indivíduos e grupos melhoraram suas condições de vida por meio da afirmação de um modelo de Estado e de política fortes, que centralizam, pelo menos em uma poderosa medida, a condução da evolução social, contra o livre-mercado e a meritocracia branca próprios dos governos neoliberais e mesmo do conservadorismo político-cultural ainda vigente no Brasil (cf.: NERI, 2010, p. 13-30).

Por que utilizo os conceitos de classe média parda, classes média e alta brancas e meritocracia branca. Utilizo-os para defender o argumento geral de meu texto, a saber, de que está consolidada uma nova cultura democrática brasileira calcada nessa classe média parda, isto é, naqueles grupos sociais que efetivamente dependem de uma atuação mais incisiva por parte das instituições públicas, de um modelo de política e de Estado fortes, que centralizam e canalizam a evolução social, o que significa que esses grupos sociais defendem

exatamente as instituições públicas e um modelo de política e de Estado fortes como a base inultrapassável da evolução de nossa democracia – não apenas defendem esse modelo, senão que solidificam uma cultura política pública que efetivamente coloca-o como a condição fundamental para a evolução social e para a legitimação política. Ora, esses grupos sociais mais vulneráveis são atacados pelas nossas classes média e alta brancas que se utilizam especificamente da noção de meritocracia, isto é, da capacidade individual e em termos de livre-mercado como a justificativa básica tanto para a legitimação da estratificação social quanto para o ataque às instituições públicas, aos direitos sociais e, como consequência, a um modelo de política e de Estado fortes que centralizam a condução da evolução social, de modo a defender exatamente o neoliberalismo político, o conservadorismo político-cultural e o autoritarismo institucional.

Não se trata, com isso, apenas do fato de que os termos classe média parda e classes média e alta brancas façam alusão à cor e à raça, inclusive porque a estratificação social condena o índio, o negro e o pardo em geral à exclusão e à marginalização, mas também de que o preconceito cultural brasileiro, enraizado desde longa data em nossa sociedade, tem cor e raça (assim como a estratificação social brasileira tem cor e raça), a saber, é realizado pelos brancos (isto é, por uma noção biológico-moral brancura), com base na afirmação da meritocracia branca, contra o índio-negro – superioridade moral-intelectual-laboral do branco em relação ao índio-negro. Ora, a classe média parda está consciente desse preconceito de raça e de cor sustentado pelas

classes média e alta brancas, bem como está consciente, conforme acredito, de que esse preconceito e a correlata meritocracia branca estão na base tanto do apoio às posições neoliberais quanto da constituição e da ação do autoritarismo institucional das posições conservadoras, o que favorece, por outro lado, seu (da classe média parda) apoio incisivo e sua (da classe média parda) defesa apaixonada de um modelo de política e de Estado fortes, de instituições públicas socialmente vinculantes e dos direitos sociais de cidadania, o que a leva a um confronto aberto contra as classes média e alta brancas, seu preconceito de raça e de cor, seu conservadorismo político-cultural e, claro, sua propositura da meritocracia branca como base da estratificação social e da organização da política, do Estado e das instituições públicas.

BRASIL COMO MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

O Brasil foi colonizado com base na contraposição metrópole-colônia, mantendo uma estrutura econômica de exploração de recursos naturais primários (de origem vegetal, animal, mineral), orientada para o usufruto de Portugal e da Inglaterra em processo de modernização. Sua inserção em um cenário político-econômico internacional deu-se com base na condição de colônia de exploração fornecedora dessas matérias-primas ao capitalismo moderno, manufatureiro, depois industrial, então em surgimento e gradativa consolidação. Também possuía uma estruturação sociocultural calcada na diferenciação entre o branco e o índio-negro como definidora do tipo de relação de classe cotidiana, a da estratificação com base na cor e na raça enquanto dinamizando o status quo e o acesso ao poder, normalizada a partir de diferentes

mecanismos de inculcação sócio-cultural (educação, política, polícia, religião, etc.). Sua estruturação política, vinculada à metrópole portuguesa, era altamente hierárquica e autoritária, monopolizando para si qualquer forma de legitimação da evolução social. Seu modelo cultural por excelência era, primeiro, o cristianismo e, depois, o humanismo europeu moderno, ambos considerados, cada um a seu tempo (mas geralmente de modo imbricado), o modelo civilizacional-cultural por excelência a partir do qual os povos indígena e negro deveriam ser aclimatados – como fundamento, inclusive, da nova terra aqui descoberta. Esse mesmo modelo e aquela estrutura sociocultural acima comentados sustentaram uma organização societal escravista e autoritária que pautou a evolução social brasileira entre os séculos XVI e XIX (cf.: PRADO JÚNIOR, 1961, p. 05-26, p. 267-380; FERNANDES, 2006, p. 235-423; FURTADO, 2003, p. 11-45; RIBEIRO, 1995, p. 208-240; DE VITA, 1998, p. 09 e seguintes).

Ora, se entendermos por modernização (a) a consolidação de relações de produção capitalistas, (b) a gênese do Estado nacional soberano e (c) a instauração do Estado democrático de direito e da democracia (ou republicanismo e humanismo), então diria que o Brasil adentrou nela apenas com a Proclamação da República, em 1889, em um processo gradativo incipiente, frágil. Argumento, em relação a isso, que o Brasil pode ser caracterizado, no que tange a esse modelo genérico de modernização, enquanto sendo marcado por um processo de modernização conservadora, na medida em que sua entrada no rol dos Estados nacionais republicanos

e soberanos e no modelo capitalista de produção da vida material se deu sem romper – ou rompendo a passos muito lentos, com progressos e regressões ao longo do tempo – com o processo de periferização econômica (capitalismo dependente), com a estratificação sociocultural baseada na contraposição branco versus índio-negro e com o autoritarismo institucional em relação às iniciativas cidadãos e aos movimentos sociais. Essa modernização conservadora, portanto, pode ser caracterizada pela organização capitalista da sociedade brasileira, constituída como Estado nacional republicano e como Estado de direito, mas calcada no status quo definido pelo preconceito de cor e de raça (de todo modo, no Brasil, preconceito de cor e preconceito de classe andariam de mãos dadas) e na violência institucional em relação ao negro-índio pobre. Ou seja, capitalismo com democracia incipiente, capitalismo sem humanismo, capitalismo com colonialismo, subdesenvolvimento com autoritarismo e desigualdade social.

O capitalismo europeu moderno, ainda que de maneira genérica, pode ser caracterizado como sendo marcado pela afirmação do industrialismo, do Estado nacional republicano, do direito positivo ou Estado de direito e do universalismo moral ou humanismo. A grande parte das sociedades europeias de fins do século XIX em diante, constitui-se com base nestes itens, em um processo que levaria à sua intensificação – e pressupondo, além disso, a intensa luta proletária a favor dos direitos. A modernização das sociedades europeias, enquanto processo interno, levou à imbricação gradativa desses fatores, de modo que as relações de trabalho capitalistas

foram acompanhadas paulatinamente, devido à força dos movimentos proletários, de uma politização da sociedade civil calcada exatamente no humanismo filosófico-cultural que a modernidade europeia assumiu para si sob a forma de universalismo epistemológico-moral. Ou seja, aqui, capitalismo industrial com Estado democrático de direito e cultura liberal pretensamente universalista (com base em direitos individuais). Nessas sociedades, por conseguinte, a constituição de relações de produção capitalistas levou correlatamente à emergência de uma sociedade liberal calcada no Estado de direito e, aos poucos, na consolidação de movimentos de trabalhadores e organizações sindicais que, com seu poder de negociação, levaram à expansão desse mesmo Estado de direito sob a forma de direitos políticos e sociais aos grupos trabalhadores. As sociedades europeias, nesse sentido, adentraram o século XX marcadas pela modernização econômica temperada com o Estado democrático de direito ampliado e o sufrágio universal geral (cf.: ABENDROTH, 1973, 1977; HABERMAS, 1984, 1991, 2005, 2012; HOBBSAWN, 1995; DAHRENDORF, 1996; GIDDENS, 1996; MIGNOLO, 2005).

O Brasil, em contrapartida, adentrou no século XX marcado exatamente por essa modernização conservadora, na medida em que, constituído como Estado-nação soberano e republicano, por um lado instituiu um processo de constituição de uma economia capitalista que se caracterizaria por desenvolvimento industrial emergente (políticas de substituição de importações por meio da produção endógena) e direcionamento de produção primária (borracha, café, carne, açúcar, etc.)

à exportação aos Estados Unidos e à Europa; por outro lado, sua estrutura política e sua organização sociocultural mantiveram respectivamente uma tonalidade autoritária e oligárquica, e uma divisão com base na cor e na origem social, caracterizada pelo preconceito contra o negro-índio pobre, relegado à margem da sociedade, oprimido e impedido de posicionamento político em uma estrutura política que privilegiava o patronato e que apenas permitia a este mesmo patronato adentrar na esfera política (cf.: LEAL, 2012, p. 43-74). Haveria, assim, a conciliação entre capitalismo industrial e dependência externa, entre relações de produção capitalistas e semiescravidão trabalhista, entre modernização econômica e autoritarismo político, entre republicanismo, regime político oligárquico e preconceito sociocultural com base na separação entre brancos e índios-negros (cf.: BENAYON, 1998; DE VITA, 1998).

A sociedade daqui surgida apresentou contradições gritantes – que é o verdadeiro sentido dessa modernização conservadora de que estou falando. Valores universalistas ao nível da cultura burguesa nacional, que conviviam lado a lado com o preconceito de classe fundado no preconceito cultural-racial, na contraposição entre branco e índio-negro (e afirmadora da superioridade daquele em relação a esse); a riqueza, a opulência e a educação humanística do patronato, influenciada pela modernidade europeia ou pelo liberalismo norte-americano, e a miséria e analfabetismo gritantes nas camadas pobres; o republicanismo político, mas com a dominância de oligarquias; o voto republicano que, entretanto, se confundia com o voto de cabresto;

o Estado de direito com o autoritarismo e a violência estatais; o industrialismo (ainda que incipiente), com a predominância de uma economia primária orientada aos mercados euronorocêntricos, colocando a exportação de matérias-primas como base de nossa economia nacional. Em vários aspectos, portanto, o Brasil modernizava-se sem romper com o passado colonial e escravista, ou, pelo menos, mudando preguiçosamente essa mesma estrutura colonial e escravista, que se refletia ao nível da política pelo autoritarismo e pela violência estrutural, ao nível da cultura pelo preconceito racial e ao nível da organização societal pela estratificação baseada na coraça, bem como, ao nível da economia, pela produção primária orientada aos mercados externos (cf.: DE VITA, 1998, p. 14-75; BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 29-40, p. 71-92, p. 139-152, p. 169-188; FREYRE, 2003, p. 64-155). O Brasil tornou-se capitalista com pouca industrialização e mantendo uma economia primária direcionada ao capitalismo central; tornou-se republicano e liberal (Estado de direito) mantendo um regime oligárquico e autoritário; tornou-se modernizado culturalmente (universalismo humanista moldado na Europa) mantendo o preconceito racial e a divisão entre branco e índio-negro como base seja da cultura nacional, seja da estratificação social aqui reinante.

Um importante elemento da política hodierna, a participação política das massas portadoras de interesses emancipatórios, é deixado em segundo plano, por causa da tendência autoritária e tecnocrática das nossas instituições políticas. Faltou esse elemento importante, representado pelos movimentos sociais e iniciativas

cidadãs, que, enquanto macrossujeitos da evolução social portadores de interesses generalizáveis, poderiam oferecer contraponto ao autoritarismo e à violência institucional de governos elitistas, sustentados pelas nossas camadas conservadoras (baseadas no preconceito de raça e de cor, bem como na estratificação social calcada na raça e na cor – e defensoras de um regime político fundado nesta contraposição). Nesse sentido, os governos militares puderam assumir a condução de nossa evolução social de um modo praticamente inconteste, posto que nossas camadas sociais médias e altas, consideradas mais esclarecidas, mas sendo altamente meritocráticas e calcadas na ideologia da ética liberal-protestante do trabalho ou meritocracia branca, aceitaram a imposição de um regime violento, que se baseava em uma suposta ideologia nacionalista e na violência institucional contra as vozes dissidentes (cf.: ANTUNES, 2011, p. 111-118; NOBRE, 2013, p. 34-37). Ora, as camadas médias e altas brancas, conservadoras, simplesmente assimilaram os discursos e as práticas elitistas de nossa cultura preconceituosa e de nossos grupos políticos hegemônicos. Para estes e, como consequência, para aquelas, governar equivale a manter uma postura autoritária e tecnocrática em relação ao social, centralizando a condução da evolução social nesses grupos conservadores e em sua ideologia da cor e do mérito. A dissidência, com isso, seria puramente caso de polícia ou de valores tradicionalistas calcados na ideia de pátria e na afirmação da ética do trabalho e da meritocracia branca. A dissidência, aliás, para estes grupos conservadores, seria preta e pobre.

Essa é, em vários aspectos, a característica-chave

dos governos neoliberais levados a efeito pelo PSDB: uma redução das instituições públicas fomentada a partir do livre-mercado, conduzida tecnocraticamente e contando exatamente com o apoio dos setores econômico-culturais mais abastados, mais conservadores – que foram os mais beneficiados. A rendição da política econômica ao FMI e o alinhamento brasileiro à proposta de criação da ALCA deram a tônica de um processo de modernização econômica que colocou todo o peso da evolução social na conjugação de livre mercado e política tecnocrática (cf.: BENAYON, 1998). No primeiro caso, a redução da área de atuação das instituições públicas e o abandono de setores estratégicos da economia nacional a cargo anteriormente das estatais, vendidas a grupos econômicos transnacionais, prejudicaram consideravelmente a possibilidade de um desenvolvimento econômico endógeno e autônomo que foi a base das revoluções burguesas europeias e norte-americana. Ou seja, com o neoliberalismo do PSDB, tivemos o acirramento de um capitalismo dependente que, controlado em seus setores estratégicos por empresas transnacionais, abdicou de um projeto de industrialização eminentemente nacional (cf.: BIONDI, 1999, 2000). No mesmo diapasão, e como condição disso, a política institucional adquiriu um significado diretamente tecnocrático, no sentido de centralizar a condução da evolução social por meio do distanciamento em relação à participação democrática e contando, para isso, com uma mídia conservadora que legitimava sem muita contestação o próprio governo tucano, assim como já o havia feito com a colocação de Fernando Collor de Melo, o caçador de marajás, no poder,

anteriormente (cf.: NOBRE, 2013, p. 52-55).

É interessante que, entre outras coisas, essa mistura de neoliberalismo econômico com arrefecimento do caráter tecnocrático das instituições políticas somente pôde ser feita, nos governos do PSDB, por meio do arrefecimento do conservadorismo de cor-raça das classes média e alta brancas, por meio da afirmação da meritocracia e da ética do trabalho liberal-protestante sustentadas exatamente pela estratificação social que aludia, direta ou indiretamente, àquela diferenciação já clássica na organização societal brasileira, a saber, a contraposição entre branco e índio-negro. O social, nos governos do PSDB, pôde ser transformado em mero apêndice do livre-mercado exatamente pelo fato de que a meritocracia branca e a ética do trabalho, calcadas no preconceito de cor-raça enquanto base da formação de nossa cultura e da estratificação de nossa sociedade, foram reavivadas, direta ou indiretamente, como a ideologia básica do neoliberalismo nacional. Com isso, o PSDB pôde desconstruir tanto uma concepção de Estado de bem-estar social interventor e compensatório quanto a importância das instituições públicas em termos de orientação econômica e de integração social, abrindo espaço ao livre-mercado justificado pela meritocracia branca.

Ora, o PSDB, por meio do reavivamento e da intensificação do status quo baseado na diferença branco e índio-negro, bem como na superioridade daquele grupo em relação a este, conseguiu solidificar a ideia de que a miséria e a riqueza social são questões individuais, devendo ser mensuradas com base na meritocracia – que

é o real sentido da ética do trabalho liberal-protestante –, aliviando, como consequência, o poder político da responsabilidade em termos de direitos sociais e de fortalecimento das instituições públicas em termos de garantia de condições materiais básicas no que tange à integração social, o que fortaleceria uma política diretiva dessa mesma evolução social. Ao fazer isso, garantindo a supremacia do neoliberalismo no Brasil, o PSDB tornou aguda a diferenciação cultural que foi a base de nossa constituição enquanto nação, isto é, a contraposição entre branco e índio-negro, com todo o preconceito e toda a violência dali gerados. Esse ódio e esse preconceito de classe possibilitaram que um regime institucional tecnocrático pudesse desmoralizar e, então, enxugar as instituições públicas em suas funções econômicas e sociais, sob o mote do livre-mercado; permitiram, por outro lado, que o Estado, comandado por um partido neoliberal, pudesse ser aliviado de responsabilidades sociais, sob o mote da meritocracia, aumentando o tratamento autoritário contra os movimentos sociais e as iniciativas cidadãos. Tudo isso, diga-se de passagem, aconteceu sob os olhos complacentes dessas classes média e alta brancas conservadoras, posto que, baseadas na meritocracia e na ética do trabalho, e associando-as ao preconceito de cor e de raça, permitiram o arrefecimento da tecnocracia e do autoritarismo institucional seja no que tange à eliminação de uma política condutora da evolução social, seja no que diz respeito ao tratamento dado às questões de inclusão social e de participação popular.

Como disse, o neoliberalismo somente foi possível,

no Brasil, por causa do preconceito de cor e racial presente nas classes média e alta brancas, a partir daquela dicotomia branco e índio-negro, que permitiu, por meio do discurso do livre-mercado e da meritocracia, associar a crítica às instituições públicas e a recusa de uma política forte calcada nos direitos sociais e na atividade interventora do Estado. Com isso, as questões sociais passaram a ser legitimadas pelo viés da meritocracia (branco inteligente, estudioso e dedicado; índio e negro como mentalmente atrasados, vagabundos e preguiçosos – como caso de polícia) e o PSDB pode adotar uma atitude tecnocrática em relação à legitimação das reformas neoliberais e das privatizações de estatais em curso, contando com o respaldo da mídia conservadora e com o apoio político dessas mesmas classes média e alta brancas (cf.: CHAUI, 2000, p. 87-93; SOUZA, 2012, p. 179-189).

O PT fez algo diferente disso. Apostou em uma modernização econômico-social que partia das camadas pobres. Não apenas os programas sociais, mas também a oferta de micro-crédito e a ampliação do acesso à educação superior, contribuíram tanto para oferecer oportunidades de inclusão às camadas sociais de trabalhadores e de marginalizados quanto alternativas de formação e de desenvolvimento que, a rigor, foram privilégio exatamente das camadas média e alta brancas. Não se trata apenas do fato de que o PT tentou com relativo sucesso direcionar nossa modernização econômico-social a um alinhamento com governos e países latino-americanos, como alternativa ao FMI e à Área de Livre Comércio das Américas; também não se trata apenas do fato de que, com o PT, o Estado passa a

ser alçado, gradativamente, a centro diretivo da evolução social e da organização econômica, em uma tentativa de refrear a radicalização do neoliberalismo; trata-se também, e, como penso, principalmente, de construir uma classe média progressista a partir da melhoria das condições de vida das classes “E”, “D” e “C”, isto é, das classes pobres de nossa sociedade, seja por meio da oferta de benefícios sociais e de educação básica e superior, seja por meio da oferta de crédito a juros baixos para esses mesmos grupos investirem em negócios próprios, capazes de lhes possibilitar base financeira adequada. Essa revolução do crédito foi uma política importante dos governos petistas, na medida em que o Estado passa a subsidiar o crescimento social desses grupos por meio do fomento de pequenas atividades produtivas (cf.: SINGER, 2012, p. 13-16).

Aliado a isso, o crescimento da oferta de ensino superior efetivamente transformou a mentalidade cultural de nossa sociedade, mormente nessas camadas baixas, que atingem em torno de setenta por cento da população. Com a possibilidade de tornarem-se graduados, uma nova esperança e um novo anseio de crescimento passaram a constituir a mentalidade cotidiana de classes sociais marginalizadas para as quais a vida não possibilitaria muito mais do que um futuro de trabalho duro, de exploração, de miséria e de expectativas baixas. Hoje, no Brasil, nesse novo contingente populacional que adentrou no mercado de consumo por meio de programas sociais e no mercado de trabalho por meio do crescimento da oferta do emprego e de negócios pessoais, a expectativa é de casa, carro, faculdade, viagens, etc. Isso pode parecer

simplesmente uma política de aclimação desses grupos sociais pobres às condições do capitalismo contemporâneo, ou simplesmente o fomento do consumo como forma de inclusão social tipicamente contemporânea e como fundamento da noção de classe social média, mas, no meu entender, possui um significado mais basilar e de importância política sem precedentes: é que possibilitou a ascensão de uma nova classe média, ainda pobre, mas que percebe e afirma as instituições públicas em geral e o Estado e a política em particular como a base da condução da evolução social, uma base que sob hipótese alguma pode ser abdicada quando se pensa em desenvolvimento econômico com inclusão social, em democracia política com igualdade social e inclusão cultural. Para essa nova classe média (ou pelo menos para esses grupos que necessitam da política social – programas assistenciais, educação básica e superior públicas e crédito), portanto, um modelo de política forte é uma questão de vida e de morte que ela não está disposta a abdicar em favor do livre mercado e da meritocracia.

Essa classe média parda, ou negra-índia, oriunda da pobreza e da marginalização, saída da pobreza extrema e da marginalização, como consequência, contrapõe-se ao conservadorismo político-cultural e ao preconceito de cor e de raça. Ela sabe que existe esse preconceito, porque o sofreu; ela também sabe que esse preconceito é vivo, pungente em nossa organização societal e dentro das instituições políticas. Ela sabe, por conseguinte, que índio e negro, ou pobres, dificilmente são considerados sujeitos dignos de direitos e merecedores de atenção, quando as

instituições públicas estão em mãos de conservadores neoliberais, calcados na ideologia do livre mercado e da meritocracia branca. E essa nova classe média dificilmente vota neles, haja vista que quer, antes de tudo, instituições públicas vinculantes socialmente, que atuam de maneira decidida no combate à miséria e à marginalização. E essa nova classe média é cada vez mais esperta, na medida em que, seja pelo acesso às e pelas consequências positivas das políticas de inclusão social e de crédito, seja pelo acesso hoje muito fácil ao ensino superior, já não acredita mais – ou acredita pouco – nos discursos conservadores sobre as virtudes do neoliberalismo, da meritocracia, ou sobre a corrupção política como algo exclusivo do PT em particular e da esquerda em geral. Como disse, essa classe média parda e pobre não abdicará da política, do Estado e, em grande medida, das propostas da esquerda.

O PT, com essa política de constituição de uma classe média originada da pobreza, dessa classe média parda, contribuiu, consciente ou inconscientemente, para uma mudança importantíssima nessa modernização conservadora que, com maior ou menor intensidade, teria constituído nossa evolução republicana, nossa entrada no sistema-mundo capitalista, particularmente do século XX em diante. Apenas a título de recordação, por modernização conservadora entendo a constituição do capitalismo brasileiro com ausência ou fragilidade do Estado de direito, com manutenção de uma estratificação social e de uma organização cultural baseadas no preconceito de raça e cor, na divisão racial entre branco e índio-negro, com autoritarismo institucional (ou tecnocracia política). Ainda em relação a isso, esse modelo

de capitalismo com democracia frágil e com direitos incipientes foi sustentado exatamente por meio da afirmação do preconceito racial e de cor, na contraposição feroz, defendida e fomentada ao longo do tempo pelas nossas classes sociais brancas e conservadores, entre o branco e o índio-negro, e na meritocracia de cor e raça. A guinada neoliberal de nossa política, recentemente, sustentou-se nessa estratificação social fundada no preconceito de cor e raça, embasado pelas classes média e alta brancas, para garantir, por meio da manutenção de um poder institucional tecnocrático e autoritário, a capacidade de implantar as medidas neoliberais sem necessidade de legitimação pública aos grupos sociais mais vulneráveis e deixando-os em segundo plano, escorando-se para isso no apoio daquelas elites.

Ora, a mudança sociocultural importantíssima dessa nova classe média parda, possibilitada pelas políticas de inclusão, de crédito e de acesso ao ensino superior por parte do PT, consolidou um contrapeso fundamental ao conservadorismo cultural e ao neoliberalismo político (ferreamente imbricados). Com efeito, essa classe média parda, mais numerosa, é, em primeiro lugar, parda ou preta e pobre, isto é, a antítese das classes média e alta brancas e abastadas. Aquelas dependem, para seu sucesso, das instituições públicas e de políticas sociais; estas, em contrapartida, afirmam a meritocracia como a (suposta) razão do seu sucesso. Estas são altamente preconceituosas e classistas, afirmando a cor, a raça e eventualmente o lugar de nascimento como o cerne da estratificação social, geralmente não tendo pudores em afirmar que o insucesso daqueles grupos pobres e pardos

ou pretos se deve ou à sua incapacidade intelectual-racial, ou à sua falta de iniciativa. Aquelas, ao contrário, confiam na sua capacidade e percebem que, se não tiveram oportunidades de crescimento anteriormente, isso se deve à falta de vinculação social das instituições públicas e a uma sociedade na qual o status quo depende da cor da pele, posto que se funda no preconceito racial e de cor, afirmador da superioridade do branco em relação ao índio-negro. Desse modo, em segundo lugar, a classe média parda é uma poderosa escora e defesa das instituições públicas, posto que as reconhece como básicas para sua inclusão social bem-sucedida, o que significa que um projeto emancipatório ligado à esquerda pode contar – e precisa estar atento a isso – com um aliado político importante. Consolidou-se uma cultura social, totalmente influenciada por (e dependente desta) classe média parda, calcada na defesa e no fomento das instituições públicas de um modo geral e no Estado e na política em particular, que enfrenta de igual para igual o conservadorismo político-cultural das classes média e alta brancas e sua afirmação do preconceito de raça e de cor como base da estratificação social e de apoio à política neoliberal, de modo a afirmar uma sociedade parda mais democrática, inclusiva, sensível às diferenças e defensora da política social.

Com isso, rompe-se parte da modernização conservadora que teria marcado a evolução da sociedade brasileira e que o projeto neoliberal do PSDB assumiu como forma de desestruturação das instituições públicas em favor do livre-mercado e da meritocracia. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro passa

a ser contrabalançado, agora, pela ascensão de uma nova classe média, parda, que, majoritária, estabelece um modelo de política forte e de Estado de bem-estar social vinculados socioculturalmente, calcados na inclusão e na oferta de direitos sociais. Essa nova cultura democrática busca consciente e diretamente o choque com o conservadorismo político-cultural das camadas média e alta brancas, calcado na meritocracia branca e na ética do trabalho. Essa nova classe média parda chama aquelas para o conflito e, aos poucos, dada sua superioridade numérica, põe por terra a imagem de superioridade intelectual-cultural constituída por aquelas classes abastadas em relação ao índio-negro pobre. A nova classe média parda, portanto, desconstrói a ficção cultural da superioridade do branco em relação ao índio-negro e se posiciona politicamente em favor de um modelo de política e de Estado fortes, direcionados à realização de políticas de inclusão social. Com isso, essa nova classe média parda alinha-se ao PT e contrapõe-se ao neoliberalismo do PSDB. Ora, Dilma Roussef ganhou as eleições por causa dessa nova classe média parda, que o PT ajudou a ascender social e culturalmente. Pode-se dizer, conforme penso, que a modernização econômica do Brasil atual, por causa da ascensão e da crescente força político-cultural da classe média parda, passa a ser pautada cada vez mais pela exigência de mais inclusão social, de mais reconhecimento cultural e de mais participação política, o que também significa mais afirmação das instituições públicas e de um modelo de Estado e de política fortes, vinculados socialmente, que combatem a marginalização por meio da oferta universal

de direitos sociais, combatendo também o preconceito de cor e racial por meio da afirmação político-cultural desses grupos menos favorecidos (cf.: NOBRE, 2013, p. 142-157).

O ENFRAQUECIMENTO POLÍTICO-CULTURAL DO CONSERVADORISMO

O surgimento dessa classe média parda, índia-negra, pobre, enfraqueceu o poder do conservadorismo político-cultural no que tange a servir de base para a legitimação dos governos neoliberais, na medida em que seu (do conservadorismo político-cultural) fundamento, isto é, o preconceito racial e de cor calcado na contraposição entre branco e índio-negro, passou a ser contrabalançado exatamente pela força desse novo grupo atingido consistentemente pelas políticas sociais, educação superior e crédito realizadas pelo governo federal. Agora, o discurso fundado na meritocracia branca e na ética do trabalho liberal-protestante e escorado, no caso do Brasil, na afirmação da superioridade intelectual-cultural do branco em relação ao índio-negro passa a ser desconstruído por meio da percepção de que, em uma situação social em que todos – particularmente os menos favorecidos – contam com o apoio de políticas públicas de inclusão, e em havendo instituições públicas atuantes socialmente, bem como um modelo de Estado e de política fortes que centralizam o processo de evolução social, haverá um desenvolvimento mais equitativo para cada indivíduo e grupo social. A cor ou a raça já não são mais, para essa classe média parda, uma forma de estigma e nem a explicação para a marginalização. Pelo contrário, tem-se uma nova politização das relações sociais e da constituição cultural da sociedade brasileira, na medida em que esses grupos pobres percebem as lutas de classe

e o preconceito sociocultural arraigados na evolução da nossa sociedade, redivivos hodiernamente, em que os verdadeiros culpados pela eleição das lideranças petistas são, no dizer de Fernando Henrique Cardoso, os desinformados ou, no caso de grupos conservadores, os pobres que recebem “bolas-esmola”, “burros” e “alienados”, transformados em “massa de manobra política pelo PT”.

O conservadorismo enfraqueceu, em primeiro lugar, porque a nova classe média parda e os grupos sociais alcançados pelas políticas de inclusão social contrapõem-se às posições preconceituosas e racistas de nossas classes média e alta brancas, não aceitando mais que a distinção branco e índio-negro (com a pressuposição da superioridade do branco frente ao índio-negro) sirva como mote para uma estratificação desigual e para a hegemonia de posições políticas neoliberais e conservadoras contrapostas tanto a um modelo de política e de Estado fortes quanto aos direitos sociais de cidadania e às políticas de inclusão social. E o conservadorismo enfraqueceu, em segundo lugar, pelo fato de que esses grupos sociais atingidos pelas políticas de inclusão social passam a defender com unhas e dentes as instituições públicas de um modo geral e um modelo de Estado e de política fortes em particular, enquanto os responsáveis pela estabilização social, pela crescente equalização dos estratos sociais e, enfim, pela resolução de mazelas sociais e culturais historicamente presentes em nossa sociedade. Para esses grupos atingidos pelas políticas sociais, há um antes e um depois em suas vidas: antes, em que as políticas sociais eram deficitárias ou sequer existiam, de modo que sua vida consistia em

uma completa marginalização; depois, em que passaram a contar com uma série de políticas sociais que lhes permitiram, no primeiro momento, a possibilidade de pelo menos comerem decentemente e, em um segundo momento, inclusive a possibilidade de capacitarem-se ou de seus filhos terem acesso ao ensino superior (cf.: PINZANI & REGO LEÃO, 2014). O conservadorismo político-cultural enfraqueceu porque as políticas de inclusão social do PT levaram seja à consolidação de uma classe média parda que antes era humilhada ou segmentada pelas classes média e alta brancas e conservadoras, seja à desconstrução de – ou pelo menos o enfrentamento a – uma cultura brasileira calcada no preconceito de cor e racial que daria a tônica da organização de nossa esfera societal (polícia e esmola para os pobres) e a hegemonia de posições políticas neoliberais (contraposição direta ao social). Antes, nascer pobre significava uma vida de marginalização, de exploração e de miséria; agora, apenas uma situação social a ser superada com esforço pessoal, direitos sociais e políticas de inclusão – essa é a nova mentalidade da classe média parda, desses grupos marginalizados que foram atingidos com as políticas sociais instituídas pelo PT via governo federal. Isso levou, nesses grupos sociais atingidos pelo governo federal e por suas políticas de inclusão social, a um fortalecimento da política e do Estado, que efetivamente passam a ser entendidos como instituições garantidoras da igualdade, da inclusão, da justiça, uma realidade que não pode ser abandonada ou esquecida quando se pensa em desenvolvimento com justiça, inclusão e democratização.

A consolidação dessa classe média parda permitiu

que o Brasil desse um passo fundamental para sua modernização sociocultural democrática, na medida em que, agora, temos a base sociopolítica para tal mudança, isto é, um estrato social com autoconsciência acerca de seu papel e de seu futuro (e de que é o futuro de nossa sociedade), e, por outro lado, que também está consciente acerca do preconceito de cor e racial que perpassa a constituição das classes média e alta brancas. Essa mesma classe média parda, além disso, tem força política para decidir eleições, o que, como venho dizendo, a coloca como o foco de uma esquerda democrática que busca consolidar um modelo de política e de Estado fortes. E, por fim, a classe média parda muda a cultura cotidiana calcada na meritocracia branca e na ética do trabalho, na dicotomia branco versus índio-negro e na superioridade do branco em relação ao índio-negro. Ela muda essa cultura preconceituosa das classes média e alta brancas exatamente porque, em primeiro lugar, serve de contraposição a elas, mostrando o sem sentido do preconceito racial e de cor enquanto base da estratificação social, enfrentando-o e pondo-o em xeque; em segundo lugar, ela, ao enfrentar os grupos sociais conservadores, institui a igualdade, a justiça e a democracia como os princípios normativos basilares que deveriam nortear a constituição sociocultural do Brasil, devendo refletir-se, como consequência, na organização das instituições públicas, na estruturação das pautas dos partidos políticos disputantes ao poder e mesmo no que diz respeito à estruturação da esfera econômico-produtiva.

Ora, a emergência dessa classe média parda teve

duas consequências muito importantes para se pensar o Brasil contemporâneo. A primeira consequência diz respeito ao fato, já comentado de passagem acima, de que ela fez saltar o preconceito racial e de cor que permanecia latente no nosso cotidiano sociocultural e que definia a hegemonia e a programática das posições conservadoras, exatamente pelo fato de definir, antes, a estratificação social baseada na cor e na raça, na diferenciação entre branco e índio-negro. Ela mostrou como ele ainda é o núcleo da constituição das classes média e alta brancas e de como ele define o posicionamento político-cultural destas em relação aos pobres e marginalizados, sua compreensão da política e do mercado, sua defesa do status quo calcado na meritocracia branca, etc. A classe média parda, por conseguinte, mostrou a atualidade do preconceito de raça e de cor e de como ele serve de escora para posições políticas neoliberais. É interessante, em relação a isso, que o PSDB não condenou publicamente esse mesmo preconceito racial e de cor quando da vitória de Dilma Rousseff, não condenou também as esdrúxulas propostas de separatismo entre sul-sudeste e nortenordeste, propugnadas pelos grupos conservadores do sul e do sudeste – ou o fez de modo tímido, e não homoganeamente enquanto partido político. O PSDB ficou alheio a isso e, na verdade, lembrando declaração de Fernando Henrique Cardoso, legitimou esse mesmo preconceito de raça e de cor ao afirmar que quem vota no PT é desinformado.

Em segundo lugar, então, a classe média parda tem o mérito de haver consolidado uma cultura cotidiana fortemente calcada na política social, afirmadora

e defensora de um modelo de Estado e de política fortes que centralizam, direcionam a condução da evolução social, contra a ideia de meritocracia e de livre-mercado (ou, pelo menos, contrabalançando-os), de modo a vincular ferreamente as instituições públicas às exigências normativas de inclusão e de democracia postas pelo horizonte social de um modo geral e pelos menos favorecidos em particular. Isso leva, inclusive, a que o neoliberalismo, com sua posição fundada no livre-mercado, seja visto como algo negativo, posto que calcado basicamente na meritocracia branca, afirmadora daquela contraposição entre branco e índio-negro. Nesse sentido, essa classe média parda, no meu entender, representa o futuro da democracia brasileira de um modo geral e o futuro da hegemonia da esquerda em particular, exatamente porque ela defende a política e o Estado como bases para a integração social, para a evolução sociocultural do Brasil. A classe média parda não apenas coloca a política e o Estado como centrais, senão que também enfrenta o preconceito de raça e de cor das classes média e alta brancas. O conservadorismo político-cultural, escorado na meritocracia branca e fundamento do neoliberalismo brasileiro, tem, hoje, uma contraposição consistente, oferecida por essa classe média parda.

O conservadorismo político-cultural branco, calcado na contraposição branco versus índio-negro, assim, é percebido hoje, na nova cultura cotidiana instaurada pela classe média parda, como o verdadeiro mal responsável pelo atraso brasileiro e como base do neoliberalismo político aqui gestado. Esse mesmo

conservadorismo político-cultural é o inimigo a ser enfrentado cultural e politicamente, por meio da tomada de posição política em termos de afirmação das instituições públicas e de um modelo de política e de Estado fortes, além da necessária desconstrução do preconceito de raça e de cor, da meritocracia branca como base do status quo; o conservadorismo político-cultural, além disso, precisa ser contrabalançado pelo posicionamento social cotidiano dos indivíduos e dos grupos marginalizados, no sentido de ser combatido e contraposto pela afirmação e promoção dessa classe média parda e por meio de sua atuação político-cultural, que mostra o ranço do autoritarismo e do escravismo que estão por trás do preconceito de raça e de cor ainda fomentado por estratos sociais ligados às classes média e alta brancas. Enfrentá-lo com um mais política passa a ser o elemento-chave para a democratização efetiva de nossa sociedade e para a superação desse mesmo conservadorismo. A luta política constante e o apoio permanente a um modelo de política e de Estado fortes, assim, passam a dar a tônica da dinâmica sociocultural instaurada por essa nova classe média parda, que faz saltar e que combate o preconceito de raça e de cor das classes média e alta brancas. A classe média parda, por causa disso, passa a ser a verdadeira força política defensora da democracia e da igualdade por meio do combate ao conservadorismo político-cultural e pela ênfase nas instituições públicas, em um modelo de política e de Estado fortes, bem como pela oferta universalizada de direitos sociais de cidadania.

Ora, a emergência e a força política da classe

média parda calou fundo inclusive nas programáticas dos partidos de direita, no Brasil, ainda que de maneira tímida. É que eles, caso pensarem em conquistar hegemonia política, precisam assumir esse compromisso de realização de direitos sociais e de vinculação social da política e das instituições públicas. É um compromisso que não pode ser abolido por partidos políticos que pretendem supremacia política e que não pode ser realizado pura e simplesmente pela afirmação do livre-mercado e da meritocracia. É claro, como consequência, que isso significaria exatamente o enfraquecimento da meritocracia branca, calcada na contraposição entre branco e índio-negro, levando a um refreamento do preconceito racial e de cor que, no Brasil, tem sustentado e dado força política ao neoliberalismo. Como estou dizendo, aqui está o grande desafio das posições conservadoras, a saber: abdicarem de uma ênfase exagerada na meritocracia branca e no livre-mercado, marcando posicionamento claro contra o conservadorismo político-cultural. Mas não estou tão certo de que o PSDB seja capaz de adotar uma posição progressista em relação às classes média e alta brancas, haja vista ser dali que suas principais lideranças são provenientes, para não se falar do próprio fato de que são essas classes média e alta brancas que lhes apoiam e lhes patrocinam. Porém, o fato é que a política social, hoje consolidada na agenda política e na organização sociocultural brasileira pela classe média parda emergente, tornou-se a base de qualquer programática partidária, sendo assumida, ainda que de modo contraditório (política social com livre-mercado e meritocracia, inclusão com conservadorismo político-

cultural, etc.), pelos próprios partidos conservadores, em particular pelo neoliberalismo do PSDB.

No meu entender, a ascensão dessa classe média parda enquanto grupo social detentor de força político-cultural capaz de fazer frente ao conservadorismo levou à consolidação de uma nova forma de se compreender a evolução social brasileira e de se pensá-la como tarefa permanente. A partir de agora, a evolução social brasileira não acontece mais de modo não-problematizado, cultural e politicamente falando, como se a estratificação social calcada na meritocracia branca fosse algo naturalizado, ao qual as instituições públicas deveriam se abster de intervir por meio de direitos sociais, de programas de redistribuição de renda e formulação de um modelo de política e de Estado fortes – não há mais um fatalismo à evolução sociocultural e político-econômica brasileira, que depende, agora, de um modelo de política e de Estado fortes, da universalização dos direitos sociais de cidadania, do fortalecimento e da atuação efetiva das instituições públicas. A partir de agora, o preconceito racial e de cor das classes média e alta brancas não pode mais pautar ingenuamente uma prática política partidária que, de modo cínico, coloca a meritocracia branca e o livre-mercado como os cernes da integração social e que, principalmente, afirma que a política social é coisa de pobre, índio-negro e vagabundo, legitimando o autoritarismo institucional contra os movimentos sociais, para não se falar do distanciamento dos partidos políticos frente às iniciativas cidadãos e aos movimentos sociais. Com efeito, para essas classes média e alta brancas, as instituições públicas e as políticas sociais são percebidas

como gerando currais eleitorais e violação à liberdade individual e ao direito de propriedade; de um modo mais geral, inclusive, são vistas como coisa de pobre, ignorante e vadio. Ora, mas isso a classe média parda e os grupos alcançados pelas políticas sociais já não aceitam mais.

Com a consolidação da classe média parda como força político-cultural hegemônica no cenário brasileiro, a cultura calcada na meritocracia branca, no preconceito de raça e de cor, na superioridade intelectual-moral do branco em relação ao índio-negro, será confrontada permanentemente e explorada como a questão central no que diz respeito à hegemonia de qualquer programática político-partidária disputante ao poder, assim como, em uma perspectiva mais geral, das lutas de classe e dos confrontos sociais que dinamizam a constituição social, cultural e política desse imenso Brasil. Por um lado, portanto, os grupos e partidos políticos aspirantes ao poder necessitam assumir essa cultura calcada na política social defendida pela classe média parda, de modo que, no caso dos partidos de direita, será necessário enfrentar de maneira rigorosa o preconceito de raça e de cor que é base da meritocracia branca das classes média e alta brancas. Toda a cultura do preconceito de raça e de cor precisará ser deslegitimada e destruída – uma tarefa que nem os partidos de direita poderão abdicar, caso quiserem aceder ao poder com o apoio dessa classe média parda. Por outro lado, deve ser desconstruída permanentemente aquela visão cultural, ainda oriunda da meritocracia branca, de que as instituições públicas não têm nenhuma utilidade no que diz respeito a garantir desenvolvimento com inclusão e justiça social, sendo, no

caso da percepção que delas têm as classes média e alta brancas, pura e simplesmente uma forma de ditadura, de fomento da vagabundagem e de construção de currais eleitorais.

Além disso, em terceiro lugar, há de se avaliar realisticamente a evolução social brasileira, especialmente no que diz respeito a se assumir de modo efetivo as lutas de classe calcadas no preconceito racial e de cor que ainda dinamizam a nossa constituição societal. A atual eleição presidencial (de 2014) escancarou mais uma vez essa divisão entre classes média e alta brancas e sua meritocracia branca calcada no preconceito racial e de cor frente à classe média parda e aos estratos sociais mais vulneráveis da sociedade. Trata-se de uma verdadeira luta de classes que acaba definindo as configurações políticas e as instituições públicas brasileiras, luta essa que precisa ser assumida como o mote da esquerda em seu projeto político democrático. Não se pode fugir disso, dessa polarização, mas sim enfrentá-la com força e com consciência do verdadeiro perigo que a meritocracia branca, calcada no preconceito de raça e de cor, representa para a constituição de uma democracia política madura e de uma organização sociocultural inclusiva, igualitária e justa. A nova classe média parda, surgida com as políticas sociais dos sucessivos governos federais petistas, já representa uma força político-cultural que enfrenta em igualdade de forças esse mesmo conservadorismo ligado à meritocracia branca, uma força política que precisa ser promovida e apoiada se pensarmos em democratizar efetivamente nossa sociedade. Ora, democratizar efetivamente a sociedade

brasileira equivale tanto a promover forças político-culturais democráticas quanto, com elas e por meio delas, combater o conservadorismo político-cultural das classes média e alta brancas, em sua meritocracia branca, em sua afirmação do preconceito de raça e de cor. Hoje, a classe média parda, com sua força político-cultural, colocou novamente o social na ordem do dia da vida cotidiana e, evidentemente, da discussão política, fortalecendo um modelo de política e de Estado fortes, condutores da evolução social e, com isso, oferecendo à esquerda teórico-política a sua base social, o força política necessária às transformações sociopolíticas e institucionais para a superação da profunda desigualdade social brasileira e de seu subdesenvolvimento socioeconômico, além do autoritarismo institucional, que escoram-se no preconceito de raça e de cor, na contraposição branco versus índio-negro, e sua defesa da meritocracia branca contra o social, a política e o Estado, em contraposição aos grupos sociais menos favorecidos e aos movimentos sociais que encampam lutas por igualdade, justiça e democracia.

A CENTRALIDADE DO SOCIAL

A política brasileira deste início de século XXI não poderá mais abdicar de sua profunda vinculação social, sob a forma de realização de políticas sociais e de ajustes econômicos que efetivamente realizem os processos de inclusão universalizados desde o governo Lula, em 2002. Trata-se de uma situação que não poderá mais ser abandonada pura e simplesmente, posto que é, em primeiro lugar, uma questão básica para a legitimidade de qualquer partido político aspirante ao poder. Em

segundo lugar, como venho argumentando ao longo do texto, trata-se de uma exigência básica dessa nova classe média parda, que afirma um modelo de Estado e de política fortes e as instituições públicas e suas políticas sociais como a base para a construção de uma sociedade democrática justa e inclusiva. Como se pode perceber, o horizonte normativo do social passou para primeiro plano na cultura política pública nacional, tornando-se o verdadeiro centro da política brasileira de um modo geral (e, aqui, abarcando qualquer força política) e da política da esquerda em particular.

Com efeito, a consolidação e a hegemonia dos grupos sociais mais desfavorecidos ou da nova classe média parda leva ao enfrentamento direto com as classes média e alta brancas. Como consequência, os direitos sociais e as políticas de inclusão passam a enfrentar diretamente a meritocracia branca, na medida em que esta última concebe políticas sociais basicamente como assistencialismo para pobre, preto e vagabundo, inferior intelectualmente ao branco inteligente, inventivo e trabalhador. Além disso, a valorização das instituições públicas e de um modelo de política e de Estado fortes e diretivos em relação à evolução social se choca diretamente com a ideologia do livre mercado neoliberal. Por fim, a entrada em cena, no horizonte político-cultural nacional, dessa classe média parda, índia-negra, contrapõe de maneira direta o preconceito racial e de cor sustentado pelas classes média e alta brancas, preconceito esse que serviu de base para a construção de uma cultura e de uma forma de estratificação social racistas, preconceituosas, que atribuíam a periferia, a

exploração e a miséria ao índio-negro, associando sua cultura branca ao humanismo e à civilização europeia. O protagonismo político-cultural da classe média parda mostra que, em uma sociedade estabilizada politicamente e com instituições públicas atuantes socialmente, todos, independentemente da cor e da raça, viverão bem, conquistarão pelo menos o básico para uma boa vida.

É necessário perceber na ascensão e na consolidação dessa classe média parda e no seu protagonismo político-cultural, hoje, a força por excelência tanto no que diz respeito ao enfrentamento do conservadorismo político-cultural de nossas classes média e alta brancas quanto no que se refere à afirmação das instituições públicas e de um modelo de política e de Estado diretivo em relação à evolução social. Isso acontece porque essa classe média parda coloca exatamente as necessidades normativas do âmbito social como o cerne seja para a avaliação da política, seja para sua organização, no sentido de que o objetivo central da política, a partir do qual todos os âmbitos da sociedade devem ser organizados, diz respeito à realização da justiça social, da democracia política e da inclusão cultural dos indivíduos e dos grupos sociais, notadamente dos menos favorecidos. A classe média parda, gerada a partir da consolidação das políticas de inclusão social dos governos petistas, percebe o quanto a dinâmica social depende da política, inclusive o quanto uma posição conservadora em termos político-culturais precisa assumir as instituições e deslegitimá-las em favor do livre mercado. Daí porque essa mesma classe média parda afirme de maneira apaixonada a importância das instituições públicas para a construção da justiça social

e para a solidificação da democracia política, a partir das necessidades normativas do social.

Acredito, com isso, que a importância político-cultural da classe média parda e sua hegemonia político-cultural, hoje, em nossa sociedade, estabeleceu o horizonte normativo do social (preocupação com os mais desfavorecidos, direitos sociais de cidadania, valores normativos da reprodução social, política e Estado fortes, por assim dizer) como o núcleo da evolução político-cultural brasileira, de modo que, agora, em nossa sociedade, as instituições públicas efetivamente passam a ter condições de implantar uma política social atuante e capaz de levar a transformações no que se refere ao status quo vigente. Hoje, inegavelmente, há força político-cultural a pressionar os partidos políticos de um modo geral e os grupos conservadores em particular acerca da urgência de se dar o devido valor às necessidades dos pobres, voltando-se, com isso, contra o preconceito de raça e de cor, contra a meritocracia branca, que têm servido de tradicional fundamento da estratificação social brasileira e de legitimação de uma política neoliberal cuja preocupação básica, ao instaurar o livre-mercado e a meritocracia branca como bases da evolução social, por meio da desestruturação das instituições públicas, tem sido a de proteger essa mesma estratificação social a partir da ênfase na meritocracia branca, o que significa a promoção direta ou indireta do preconceito de raça e de cor como o cerne dessa estratificação.

A sociedade brasileira atual, influenciada de maneira decisiva por essa classe média parda, já instituiu o grande inimigo básico a ser enfrentado e desconstruído ao

longo do tempo: a meritocracia branca, a contraposição branco versus índio-negro, que, como venho dizendo, tradicionalmente serviram de sustentáculo da nossa modernização conservadora. Já não é mais defensável pura e simplesmente, portanto, em termos de cultura política pública, a contraposição branco versus índio-negro, com a superioridade do primeiro e a inferioridade dos segundos, ou a meritocracia branca, como a justificativa para uma evolução social altamente seletiva e desigual, marcada pela grande concentração de renda nos estratos mais altos e pelo empobrecimento e pela marginalização generalizados nos estratos inferiores. A meritocracia branca, calcada naquela superioridade do branco em relação ao índio-negro, já não consegue mais sustentar, direta ou indiretamente, uma justificação tão espúria. A meritocracia branca, assim, já não tem condições, mesmo com toda a força da grande mídia e dos partidos políticos conservadores, de justificar o conservadorismo político-cultural e, como consequência, de eleger grupos políticos neoliberais ou conservadores. Tudo o que cheira a meritocracia branca e a neoliberalismo é visto, por essa classe média parda, como inimigo do social, como levando à desestruturação das instituições públicas e ao solapamento das reivindicações normativas fundadas nesse mesmo social.

Ora, como se enfrenta a meritocracia branca? Exatamente por meio da ênfase no social enquanto horizonte normativo, nos direitos sociais de cidadania, no reforço das instituições públicas, na defesa de um modelo de política e de Estado fortes. É com base na promoção do horizonte social, através de políticas públicas e de

direitos sociais, que se pode empoderar os indivíduos e grupos sociais mais vulneráveis e marginalizados, de modo a dotar-lhes dos meios para seu desenvolvimento, tornando-os, com o tempo, protagonistas em termos político-culturais. Foi o que aconteceu com a política social instaurada pelo PT: possibilitou o surgimento de uma classe média parda que tornou-se sujeito político-cultural com capacidade de enfrentar a meritocracia branca e o preconceito de raça e de cor base dessa mesma meritocracia, pondo-o em xeque. Políticas públicas e direitos sociais têm esse importante papel de empoderar os pobres, de aumentar-lhes a auto-estima e o auto-respeito, transformando-os em sujeitos – possibilitando, na verdade, que eles se vejam como sujeitos de suas vidas e da história de sua sociedade. As políticas sociais instauradas nos sucessivos governos federais petistas tiveram a importante consequência de, correlatamente, trazer dignidade aos pobres, na medida em que eles passaram a perceber-se como seres dignos e detentores de direitos, e de dotar-lhes de consciência política de classe, por assim dizer, que lhes permitiu tornar reflexivas sua condição e a dinâmica do contexto sociocultural e político-econômico em que vivem. Somente isso pode explicar como a nova classe média parda colocou-se como ponta-de-lança política e culturalmente falando no que se refere ao enfrentamento das classes média e alta brancas, recusando o projeto político neoliberal e seu fundamento, a meritocracia branca.

A modernização conservadora foi rompida pela combinação de políticas sociais, de micro-crédito e de acesso universal à educação básica e superior, ao

consolidar uma classe média parda que se contrapõe diretamente à meritocracia branca e ao preconceito de raça e de cor das camadas média e alta brancas. Essa classe média parda instaura o social como a base a partir do qual a política é legitimada e pensada, em uma atitude clara de recusa do conservadorismo político-cultural. Com isso, uma nova força político-cultural passa a dinamizar a constituição de uma nova sociedade brasileira, não mais afirmadora da meritocracia branca e calcada na contraposição branco versus índio-negro como bases da estratificação social brasileira e do neoliberalismo político aqui implantado. A partir de agora, a meritocracia branca é enfrentada e deslegitimada com base na igual dignidade de todos, com a recusa do preconceito de raça e de cor exatamente por parte daqueles grupos que foram tradicionalmente marginalizados pelas classes média e alta brancas, afirmadoras da meritocracia branca. A partir de agora, por fim, o social – entendido como espaço dessa mesma classe média parda, como horizonte normativo caracterizado por democracia política, justiça social e igualdade cultural – constitui-se como o eixo dinamizador da evolução social brasileira, de modo a, paulatinamente, destruir o conservadorismo político-cultural ou, pelo menos, derrotá-lo cotidianamente em sua tentativa de definir a estruturação política e a constituição cultural da sociedade brasileira. Aqui, com a consolidação dessa classe média parda e com a centralidade do horizonte normativo do social enquanto base de nossa constituição societal, passa para primeiro plano um modelo de política e de Estado fortes, que, ao contrapor-se ao neoliberalismo, coloca-se como fundamento da evolução

social contemporânea, como o fundamento da política democrática contemporânea.

POLÍTICA E ESTADO PARA O SÉCULO XXI

Sem sombra de dúvidas, um modelo de política e de Estado fortes, condutores da evolução social e mercados pela afirmação do intervencionismo econômico e pela realização de direitos sociais, é a base de uma política nacionalista e democrática, neste início de século XXI. Isso fica comprovado, em primeiro lugar, pelo enfraquecimento e pelo ocaso das posições neoliberais em vários contextos nacionais em que outrora esse mesmo neoliberalismo havia sido hegemônico, levando a uma desestruturação das instituições públicas e a uma diminuição dos direitos sociais em nome do livre-mercado e da meritocracia. Desde fins da década de 1990, o neoliberalismo tem sido amplamente rechaçado como sendo o responsável pelo acirramento da marginalização e das desigualdades sociais, exatamente por causa da desestruturação das instituições públicas e da recusa de um modelo de política e de Estado fortes, que se colocam como base para a programação da evolução social. No Brasil, em particular, isso fica perfeitamente visível com a ascensão do PT ao poder e com suas sucessivas vitórias eleitorais. Com sua ênfase na política social e o consequente surgimento e consolidação dessa classe média parda de que venho falando ao longo do texto, o PT contribuiu para enfraquecer seja a meritocracia branca, seja o modelo do livre-mercado enquanto base da evolução social, de modo que as posições neoliberais, com sua defesa do livre-mercado e da meritocracia branca, perderam legitimidade teórico-cultural e apoio

político, que ficam restritos exatamente aos setores conservadores das camadas média e alta brancas.

Além disso, em segundo lugar, a atual crise socioeconômica pela qual passam muitas sociedades ocidentais, acirrou novamente a disputa entre um modelo político social-democrata e a proposta conservadora de políticas de austeridade, ou seja, tornou-se novamente atual a contraposição entre capital e trabalho como o cerne da disputa acerca de que tipo de política poderia resolver a crise socioeconômica atual, se um modelo de política e de Estado fortes, que procuram conciliar capital e trabalho, ou um modelo de política neoliberal, caracterizada pelo enxugamento do Estado de bem-estar social e dos direitos sociais de cidadania em favor do livre-mercado e da meritocracia (cf.: ANTUNES, 2009, p. 11-13). Também aqui percebe-se o quanto os conflitos em torno à definição do sentido do político e do Estado exploram exatamente a contraposição entre capital e trabalho no que tange ao direcionamento da evolução sociocultural democrática: mais uma vez, portanto, o social é colocado no centro da disputa entre posições social-democratas e posições neoliberais. No primeiro caso, é a normatividade do social que aparece como a base a partir do qual a política e a economia são pensadas e estruturadas, apontando para a ênfase em uma política forte e altamente vinculada ao horizonte social, colocando como básica a realização de políticas de integração social; no segundo caso, é a defesa de uma lógica autorreferencial, não-normativa e não-política que fundamenta a proposta neoliberal calcada no livre-mercado e na meritocracia.

Com isso, acredito que o neoliberalismo nunca mais

será o mesmo, no sentido de que terá de refrear seus dois pontos basilares, a meritocracia e o livre-mercado, no que tange à defesa de uma proposta política que seja viável a este início de século XXI e que possa conquistar o apoio majoritário das classes sociais, especialmente daquelas que dependem das instituições públicas para sua inclusão sociocultural bem-sucedida. No caso do Brasil, a meritocracia branca terá de ser minimizada ou mesmo eliminada das programáticas da direita, de modo a afirmar a realização de políticas de inclusão social como o ponto programático basilar de suas propostas políticas. Este será um grande desafio à direita teórico-política – e eu não estou confiante de que ela consiga realizá-lo. E acredito que será difícil sua realização pelo fato de que, em primeiro lugar, o cerne de sua programática teórico-política, no contexto brasileiro, é exatamente a meritocracia branca, a ética do trabalho liberal-protestante, que conduz tanto à percepção de que o status quo devém pura e simplesmente do mérito individual representado modelarmente pelo indivíduo branco (não sendo determinado, portanto, pela dinâmica das instituições – política, mercado, cultura, etc.) quanto de que o livre-mercado seria esse espaço por excelência no qual a meritocracia branca e a ética do trabalho liberal-protestante aconteceriam efetivamente, produzindo uma estratificação social que está de acordo com elas. Em segundo lugar, sua realização será difícil aos partidos de direita devido ao fato de que lhes custa muito romper com a meritocracia branca, na medida em que ou os políticos desses partidos tem sua origem nas classes média e alta brancas, ou têm ali seu apoio majoritário (em

termos de votos e de financiamento das campanhas). É nesse sentido que o neoliberalismo brasileiro assume um aspecto paradoxal, com mais esta derrota eleitoral em 2014: por um lado, manter-se fiel às classes média e alta brancas, afirmando a meritocracia branca, e, por outro, tentando conciliar políticas sociais com o modelo do livre mercado calcado nessa mesma meritocracia branca, como forma de conquistar apoio nas camadas sociais mais pobres, na classe média parda hoje hegemônica política e culturalmente falando.

O fato é que um modelo de política e de Estado fortes tornou-se, por assim dizer, a pedra angular quando se pensa em desenvolvimento com justiça social, democracia política e igualdade cultural entre os indivíduos e os grupos sociais, tanto no que tange ao crescimento dos grupos sociais defensores da política social quanto no que se refere à resolução da crise socioeconômica atual, marcada pelo decréscimo da economia produtiva, industrial, pelo aumento do desemprego estrutural e pela deterioração das condições e da valorização do trabalho em nível mundial, por um lado, e, por outro, pelo predomínio dos mercados financeiros e do capital especulativo, que levaram, neste início do século XXI, ao aumento da desigualdade entre ricos e pobres (cf.: PIKETTY, 2014; NAPOLEONI, 2010; BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009). Nesse contexto, quem saiu ganhando foram as sociedades que têm uma economia eminentemente nacionalizada e protecionista em relação aos capitais transnacionais, possuidoras de uma sólida política social e afirmadoras de um modelo de Estado e de política fortes, que protegem as

classes trabalhadoras, fomentando também um projeto de desenvolvimento industrial e técnico-científico endógeno e autônomo. Essas sociedades enfrentaram com consistência a atual crise socioeconômica pelo fato de que colocaram esse modelo de Estado e de política fortes como a base de sua evolução social, estabelecendo um compromisso entre capital e trabalho que valoriza o trabalho, que permite desenvolvimento econômico com emprego e inclusão social. Inclusive, são sociedades que enfatizam um desenvolvimento econômico em grande medida nacionalista e protecionista, impedindo a sobreposição de capitais e de oligopólios transnacionais em relação aos próprios setores econômicos nacionais. De fato, neste último quesito, a globalização econômica marca o predomínio quase incontestado de capitais e de oligopólios internacionais, mormente do âmbito anglo-americano, que, sem nenhum controle político efetivo, levam à destruição das economias nacionais, na medida em que as desnacionalizam e as desindustrializam em um movimento correlato, concomitante.

Este início do século XXI afirmou a necessidade de um modelo de política e de Estado fortes também pelo fato de que a política social, isto é, a realização universal dos direitos sociais de cidadania e de políticas de integração social, consolidou-se como um modelo sociopolítico bem-sucedido de integração social e de pacificação dos conflitos sociais, bem como um modelo sociopolítico bem-sucedido em termos de conciliação de desenvolvimento econômico e integração e justiça social. Sociedades que oferecem políticas sociais sólidas foram as menos afetadas pela crise socioeconômica,

minimizando os impactos do desemprego estrutural e, inclusive, mantendo níveis de consumo e de produção melhores do que as sociedades em que o livre-mercado e a meritocracia, base das políticas de austeridade implantadas pelas posições conservadoras, foram a receita para a resolução da referida crise socioeconômica. Nestas, cresceram vertiginosamente o desemprego estrutural e o decréscimo do consumo. A política social, por conseguinte, constituiu-se, neste início de século XXI, em um compromisso político-programático básico no que se refere à conciliação entre capital e trabalho, entre desenvolvimento econômico e justiça social, o que implica no enfraquecimento da meritocracia e do livre-mercado (cf.: RANCIÈRE, 2014; FLORA & HEIDEINHEIMER, 2005; FLORA & ALBER, 2005).

Isso certamente desafia as instituições públicas e os partidos políticos a buscarem estratégias de intervenção econômica, de fomento do trabalho e de taxaçoão sob a forma de impostos que viabilizem a continuidade da política social sem a falência ou o endividamento crônico do próprio Estado. Mas é aqui que criatividade política, aliada principalmente a forças sociais emancipatórias, pode levar efetivamente, por exemplo, a uma taxaçoão proporcional das fortunas e das heranças, à gestão de empresas por parte dos próprios trabalhadores, etc. Tudo isso, entretanto, depende também do grau de hegemonia de capitais e de oligopólios transnacionais na economia nacional – por outras palavras, boa parte do nível de desenvolvimento socioeconômico de um país depende do quanto sua economia nacional é dominada e determinada por capitais transnacionais, bem como de

que tipo e consistência é o compromisso entre capital e trabalho instaurado naquele contexto. Quanto mais nacionalizada, protecionista e independente em relação aos capitais transnacionais uma economia é, mais capacidade de conciliar capital e trabalho ela possui, o que a leva a realizar correlatamente crescimento econômico e valorização do trabalho, crescimento da riqueza com justiça social. Ora, isso somente é possível, como venho afirmando, com a afirmação de um modelo de Estado e de política fortes, que centralizam a condução da evolução social, em uma atitude de ferrenha contraposição não apenas aos capitais transnacionais, mas também, e principalmente, às elites conservadoras que colocam a meritocracia branca e o livre-mercado como a base do status quo e da evolução social.

No caso do Brasil, essa necessidade de afirmação de um modelo de Estado e de política fortes, que levam à consolidação de um desenvolvimento econômico endógeno e autônomo, é premente. Nosso país precisa industrializar-se a partir da criação de um empresariado nacionalista, assim como qualificar sua mão-de-obra trabalhadora de um modo tal que possa haver esse pacto comum, por assim dizer, entre empresariado e classes trabalhadoras, a fim de levar à consolidação de um modelo de modernização socioeconômica marcada pela industrialização e, aqui, pelo compromisso entre capital e trabalho. Nosso país não pode continuar, neste início de século XXI, a assumir uma modernização periférica e conservadora, marcada pela correlação entre economia primária destinada a mercados externos, mercado nacional marcado pela primazia de capitais transnacionais,

e mão-de-obra explorada e pouco qualificada. O século XXI poderia ser o momento para a sociedade brasileira enveredar em um modelo de desenvolvimento econômico nacionalista, autônomo e protecionista, com um pacto consistente entre empresariado e classes trabalhadoras. É necessário retomar-se um modelo nativo de industrialização, com alinhamentos político-econômicos a blocos de poder alternativos em relação aos blocos capitaneados pelas grandes potências econômicas (por exemplo, fortalecendo os laços com os países latino-americanas ou com os BRICS). Este modelo de industrialização nativa, marcado pela parceria entre um empresariado nacionalista e nossas classes trabalhadoras, como acredito, levaria o Brasil a consolidar um modelo de modernização socioeconômica marcada pela conciliação entre crescimento econômico e valorização do trabalho, desenvolvimento com justiça e inclusão social – mas isso depende exatamente da afirmação de um modelo de política e de Estado fortes, encampado pelas posições de esquerda em conjunção com esses grupos sociais dotados de consciência de classe, como é o caso dessa classe média parda, contra as posições conservadoras e neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ora, a nova classe média parda está consciente de que o preconceito de raça e de cor é a base da estratificação social brasileira e da programática teórico-política dos partidos conversadores e neoliberais. Está consciente, inclusive, de que a meritocracia branca, calcada nesse preconceito de raça e de cor, segue muito viva em nossa organização sociocultural, determinando

a estruturação das relações socioculturais e, em muitos casos, a hegemonia dos grupos políticos conservadores. Essa classe média parda está consciente, além disso, de que há de se manter uma luta aberta contra esses grupos conservadores, pois que o que está em jogo é o tipo de evolução social que o Brasil deve tomar caso queira modernizar-se com democracia política, igualdade social e inclusão social. Nesse caso, o tipo de modernização que o Brasil precisa consolidar é exatamente o fortalecimento de um modelo de política e de Estado fortes, baseados na oferta geral de políticas de inclusão social e fomentador de uma forma de desenvolvimento econômico nacionalista, calcado na industrialização nativa, a partir de acordos entre o empresariado nacionalista e as classes trabalhadoras. Isso somente será possível no momento em que, como está acontecendo atualmente, se enfrente de peito aberto o preconceito de raça e de cor e a meritocracia branca de nossas classes média e alta brancas. Há de se desconstruí-lo socioculturalmente e de se enfraquecê-lo politicamente, por meio da hegemonia político-cultural dessa classe média parda, que deve ser apoiada pelas posições de esquerda (posições de esquerda que devem buscar o auxílio da classe média parda).

A classe média parda representa hoje, no meu entender, o futuro político-cultural do Brasil. Representa esse futuro político-cultural do Brasil porque, em primeiro lugar, vindo da marginalização e da miséria, sofreu e sofre no seu dia-a-dia o preconceito de raça e de cor das classes média e alta brancas. A classe média parda, por causa da afirmação da meritocracia branca por parte das classes média e alta brancas, tradicionalmente foi

concebida como inferior devido à sua cor e à sua raça, entendida como ralé, como incapaz de crescimento moral-intelectual. Nesse sentido, hoje, no momento em que é hegemônica político-culturalmente, essa classe média parda tem condições de enfrentar as classes média e alta brancas, deslegitimando e desconstruindo o preconceito de raça e de cor, a meritocracia branca. A classe média parda representa o futuro político-cultural do Brasil, em segundo lugar, porque entende que, aqui, há uma associação direta entre a meritocracia branca e o preconceito de raça e de cor com as posições políticas neoliberais, com a deslegitimação das instituições públicas e o enfraquecimento das políticas sociais em favor do livre-mercado e da ética liberal-protestante do trabalho. Haveria, além disso, uma associação direta entre esse conservadorismo político-cultural sustentado pelas classes média e alta brancas e o autoritarismo institucional, para quem a miséria e a marginalização seriam basicamente culpa do índio-negro pobre e ignorante, inferior intelectual e moralmente em relação ao branco. Com isso, no imaginário conservador, o verdadeiro remédio para colocar o índio-pobre no seu lugar seria a violência institucional. Ora, a classe média parda também está consciente dessa associação entre conservadorismo político-cultural e autoritarismo institucional.

Com isso, ela se posiciona de um duplo modo em relação às instituições públicas: defende um modelo de política e de Estado fortes, calcado na afirmação das instituições públicas enquanto condutoras da evolução social e realizador de políticas de inclusão social enquanto base da nossa constituição sociocultural; afirma a

necessária complementação entre instituições públicas, partidos políticos e movimentos sociais, no sentido de que as instituições precisam aproximar-se das vozes das ruas e dos becos da vida cotidiana, tanto para sua legitimação quanto para sua intersecção com focos de democracia de base, de modo a evitar-se o autoritarismo institucional, mormente em relação aos movimentos sociais e às questões de integração social. O fato é que, com o advento e a hegemonia político-cultural dessa classe média parda, as políticas de inclusão social já não são mais entendidas como coisa para preto, pobre e vagabundo, mas sim como o verdadeiro cerne das instituições públicas, instituições públicas que efetivamente passam a ser afirmadas em seu papel integrador e programador de uma evolução sociocultural democrática, igualitária e inclusiva. Com isso, o próprio conservadorismo político-cultural calcado na meritocracia branca é colocado no seu devido lugar, ou seja, como o grande mal que emperra uma verdadeira democratização social, cultural, política e econômica do Brasil, exatamente por fundar-se no preconceito de cor e de raça e de colocá-lo na base de um modelo político neoliberal.

A nova cultura democrática calcada na consolidação dessa classe média parda enquanto a base da evolução social brasileira deveria ser levada a sério pela esquerda teórico-política na medida em que oferece importante sustentáculo político-cultural para a crítica e a realização de transformações estruturais nos horizontes social, cultural, político e mesmo econômico, fortalecendo o papel e a atuação das instituições públicas no que tange à efetivação de tais transformações. A consolidação da

classe média parda enquanto força político-cultural hegemônica em nossa sociedade, hoje, deveria levar a esquerda a escorar-se nessas camadas sociais defensoras de uma política e de um Estado fortes como base da evolução social. Essa parte da população é um baluarte contra o conservadorismo. Elas, inclusive, não se deixam influenciar de maneira ingênua pela mídia conservadora e são fiéis à esquerda, em particular quando a esquerda honra sua tradição ligada à proposição de um modelo de política e de Estado fortes, à realização de direitos sociais e à aproximação entre instituições públicas, partidos políticos e movimentos sociais e iniciativas cidadãos. Foram elas que elegeram Dilma Roussef (o que não significa que Dilma em particular e o PT de um modo mais geral honrem todo esse conteúdo da esquerda!). A sua moeda de troca é exatamente o fortalecimento das instituições públicas, o desenvolvimento social, a inclusão sociocultural, a bandeira do respeito e da proteção das minorias, a realização abrangente dos direitos sociais, a instauração de focos de democracia de base. Isso é ótimo política e culturalmente falando, na medida em que, como venho defendendo, ataca diretamente o conservadorismo político-cultural calcado na meritocracia branca e no preconceito de raça e de cor, bem como as posições neoliberais neles fundadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENDROTH, Wolfgang. Sociedad antagonica y democracia política: Ensayos sobre Sociología Política. Traducción de Manuel Sacristán. México: Ediciones Grijalbo, 1973.

_____. A história social do movimento trabalhista europeu. Tradução de Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANTUNES, Ricardo. O continente do labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BENAYON, Adriano. Globalização versus desenvolvimento. Brasília: LGE, 1998.

BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. (2009). O novo espírito do capitalismo. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

DAHRENDORF, Ralf. A quadratura do círculo: bem-estar económico, coesão social e liberdade política. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1996.

DE VITA, Álvaro. Sociologia da sociedade brasileira. São Paulo: Editora Ática, 1998.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FLORA, Peter; HEIDENHEIMER, Arnold J. (2005). "The Historical core and changing boundaries of the Welfare State", p. 17-34. In: FLORA, Peter; HEIDENHEIMER, Arnold J. (Eds.). The development of Welfare States in Europe and America. New Jersey: Transaction Publishers.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical. Tradução de Alvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____ . La necesidad de revisión de la

izquierda. Traducción de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Editorial Tecnos, 1991.

_____. Diagnósticos do tempo: seis ensaios. Organização e tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

_____. Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista (Vol. II). Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HOBBSAWN, Eric. A Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MIGNOLO, Walter D. La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: GEDISA, 2005.

NAPOLEONI, Loretta. Economia bandida: a nova realidade do capitalismo. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINZANI, Alessandro; REGO LEÃO, Walquiria Domingues. Vozes do bolsa-família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.